



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN) Ata da 35ª reunião, realizada em 23 de junho de 2017

1 Em 23 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de Planos  
2 (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da  
3 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD),  
4 em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o  
5 presidente Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da  
6 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Representante do poder público  
7 estadual. Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de  
8 Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais  
9 (Arsae). Representantes dos usuários de recursos hídricos. Dênio Drummond  
10 Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Paulo Emílio  
11 Guimarães Filho, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa);  
12 Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de  
13 Minas Gerais (Faemg); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do  
14 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Leonardo Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço  
15 Brasil (IABr). Representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos  
16 hídricos. Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da Associação para a Gestão  
17 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum  
18 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc);  
19 Cláudio Jorge Cançado, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de  
20 Minas Gerais (Crea/MG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O presidente Flávio  
21 Pimenta de Figueiredo declarou aberta a 35ª reunião da Câmara Técnica de  
22 Planos. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Leonardo  
23 Guimarães Ribeiro: “Eu gostaria de mencionar um evento que a Fiemg está  
24 fazendo. Ontem, teve um evento sobre gestão hídrica, que teve algumas falas  
25 muito interessantes da Braskem e da Ambev. Ambas as empresas identificaram  
26 que os maiores riscos hídricos estão relacionados à gestão e à necessidade de  
27 fortalecimento das instituições, como o IGAM, por exemplo, para garantir o uso  
28 múltiplo da água que nós defendemos. E percebemos essa dificuldade. Essas  
29 empresas identificaram que, às vezes, muito mais do que trabalhar no reuso  
30 interno, que já está em níveis bons, começar a partir para iniciativas que buscam  
31 envolver as comunidades do entorno ou mesmo parcerias com as empresas de  
32 saneamento, para reduzir as perdas no sistema de distribuição. Pelo que nos foi  
33 passado, no sistema PCJ de distribuição, as perdas equivalem a 60% da demanda  
34 industrial de água da bacia. Então cabe essa menção para nós também  
35 começarmos a perceber que é interessante essa mudança de percepção. Eu acho  
36 que a CTPLAN poderia começar a pensar em trabalhar nisso também, para  
37 realmente planejar e buscar a segurança hídrica, que é desejo de todos. Às vezes,  
38 discordamos da técnica, mas nós temos o objetivo comum.” **3) EXAME DA ATA**

39 **DA 34ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 34ª reunião da Câmara  
40 Técnica de Planos, realizada em 16 de setembro de 2016, com abstenções dos  
41 conselheiros representantes do Crea e da Copasa. **4) PROPOSTA DE AGENDA**  
42 **PARA AS REUNIÕES DA CTPLAN NO ANO DE 2017.** A Câmara aprovou por  
43 unanimidade a agenda de reuniões para o ano de 2017, nos termos apresentados  
44 pela Secretaria Executiva, com supressão das datas previstas para julho e  
45 dezembro. **5) DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE SEMINÁRIO SOBRE ÁREAS DE**  
46 **RESTRIÇÃO DE USO NO ÂMBITO DOS PLANOS DIRETORES DE RECURSOS**  
47 **HÍDRICOS. Apresentação: IGAM.** Robson Rodrigues dos Santos, gerente de  
48 Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Águas/IGAM, fez  
49 exposição à Câmara sobre a proposta de realização de seminário sobre áreas de  
50 restrição de uso no âmbito dos Planos Diretores de Recursos Hídricos, nos dias 16  
51 e 17 de agosto ou no mês de setembro, em datas a serem definidas. Contribuições  
52 apresentadas pelos conselheiros. O presidente Flávio Pimenta de Figueiredo  
53 sugeriu apresentação da situação atual das áreas de preservação permanente nas  
54 bacias hidrográficas da região semiárida. Ele mesmo seria o palestrante. O  
55 conselheiro Guilherme da Silva Oliveira considerou o seminário importante e  
56 alertou que irá “cair o problema mais uma vez na área rural restringindo mais ainda  
57 o uso”. “Além dos usos que já tem o Código, APP, reserva, topo de morro,  
58 unidades de conservação. Eu acho que deve ser feito esse seminário, mas essa  
59 restrição de uso eu acho que tem que ser colocada também com a parte técnica, e  
60 não só restringir o uso, mas buscar o uso adequado daquela área. Porque às  
61 vezes tem um rio com a classe A, e a agricultura já está lá há cem anos, e o rio  
62 continua classe A. Então não só restrição, mas a adequação do manejo daquela  
63 área em si, utilizando o ZAP (Zoneamento Ambiental e Produtivo), o ISA  
64 (Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas). Presidente Flávio  
65 Pimenta de Figueiredo: “Seria provocar o grande problema aqui, conceituação de  
66 área de restrição, e propor o manejo dessas bacias, de acordo com cada região.”  
67 O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli solicitou que nas próximas apresentações  
68 a Secretaria Executiva encaminhe o material previamente aos conselheiros, para  
69 conhecimento. Considerou também que faltou a ficha técnica de todos os  
70 palestrantes sugeridos. Avaliou que há repetição de palestrantes com o mesmo  
71 perfil técnico e considerou a necessidade de inclusão de alguém para expor sobre  
72 turismo e lazer. “Inclusive na Lei 13.199, quando faz referência a rios de  
73 preservação permanente, fala para essa finalidade também. Tem tanto a questão  
74 do abastecimento público, a questão do lazer e do turismo e a questão biológica,  
75 que ficou mais amarrada na proposta de discussão. E eu acho que não é nem  
76 questão de se fazer contraponto, nós precisamos ter alguém que fale como é  
77 importante a área de restrição de uso para a atividade econômica. No meu ponto  
78 de vista, por exemplo, analisando as outorgas dos rios das Velhas e Paraopeba,  
79 percebemos que toda atividade que exige um uso de água melhor não pode contar  
80 com aquela água. Em toda atividade agroindustrial e industrial, com raríssimas  
81 exceções, a água usada é a subterrânea. Então vemos como é importante a  
82 restrição de uso em determinadas situações até para fins de atividade econômica.

83 Porque o Estado chegou a esse ponto em que os rios, em algumas regiões, estão  
84 tão ruins que ninguém confia mais naquelas águas. O setor econômico não confia,  
85 e aí tem que colocar poço para puxar a água e ter uma água menos pior. Então eu  
86 acho que teria que mostrar como isso é relevante para a economia.” O conselheiro  
87 Deivid Lucas de Oliveira considerou que a discussão é complexa e está sendo  
88 tratada no Conselho Nacional de Recursos Hídricos de “uma forma um pouco  
89 diferenciada. “Aqui nós estamos discutindo restrição de uso como diretriz do plano  
90 diretor, e lá a discussão é restrição de uso para outorga.” O conselheiro avaliou  
91 como equivocada a inclusão de item para apresentação da visão do Ministério  
92 Público, considerando que trata-se de um seminário técnico, e propôs que o  
93 próprio IGAM fizesse a apresentação da situação atual das bacias em Minas  
94 Gerais ou mesmo a Agência Nacional de Águas (ANA), para apresentação do  
95 contexto nacional. “Eu acho importante a participação do Ministério Público, mas  
96 no aspecto da interpretação da lei, porque cada setor interpreta de uma forma. Mas  
97 não podemos esquecer de que a própria lei estabelece que o uso é múltiplo. Se  
98 chegou o momento em que a demanda é maior do que a oferta, a alternativa é  
99 fechar a torneira. Então tem que colocar essas restrições e estabelecer critérios.  
100 Eu considerei a apresentação também muito acadêmica e vejo que temos que  
101 colocar na programação a discussão de qual é a visão da sociedade civil, a visão  
102 da indústria, da irrigação, porque aí teremos um debate rico para esclarecer e  
103 trazer experiências. Eu acho que temos que ouvir todos os setores para sair um  
104 produto de uma forma positiva e bem consolidada, para atender todos os usos.”  
105 Presidente Flávio Pimenta de Figueiredo: “Um dos grandes problemas que  
106 estamos tendo hoje é a questão da outorga baseada na Q-7,10, que muitas vezes  
107 considera a vazão dos rios em anos anteriores. Ou seja, estamos passando por  
108 cinco anos de seca em que vazões foram liberadas com o rio seco, e os que eram  
109 perenes passaram a ser efêmeros e até intermitentes. São observações muito  
110 pontuais de regiões, e talvez fosse uma discussão interessante para trazermos.  
111 Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Eu acho que não podemos  
112 confundir prioridade de outorga com restrição de uso, que são dois debates  
113 diferentes. O que está acontecendo no Paranaíba é priorização de outorga. O que  
114 debatemos, há vários anos, que poderia levar a restrição de uso, infelizmente, o  
115 setor econômico não quis que discutíssemos a questão das hidrelétricas com a  
116 preservação ambiental no Paranaíba. Infelizmente, não tivemos maturidade para  
117 avançar. O segundo ponto é lembrar que esta Câmara montou uma comissão em  
118 relação a isso, e os conselheiros poderiam trazer os nomes. Já tinha essa  
119 comissão para se encaminhar os nomes há mais de seis meses. E o IGAM poderia  
120 ter também disponibilizado antes. Mas de resto o IGAM fez seu papel. E eu  
121 gostaria de manter que esse seminário fosse técnico. Não estamos tendo espaço  
122 técnico para discussão nas Câmaras. Então entrar na discussão a visão da Fiemg  
123 e da sociedade civil, me desculpem, mas eu acho que o papel é desta Câmara. E  
124 eu vou batalhar para que esse seminário seja extremamente técnico. Se o MP não  
125 der uma visão técnica, eu concordo que deveria sair. Eu acho que a primeira etapa  
126 do seminário é o nivelamento de informações, trazer os especialistas que

127 trabalham com o tema, e nós ficarmos em uma discussão mais técnica para  
128 municiar o IGAM e todos os atores que estão aqui.” Em seguida, o conselheiro  
129 sugeriu nomes a serem avaliados e reforçou a ideia de abranger a área de turismo.  
130 Comentou ainda que, em relação ao uso múltiplo, “deve ser considerado quando  
131 todos cabem na mesma bacia, de uma forma ordenada, e não quando alguém vai  
132 perder”. “O que nós percebemos no PN3, claramente, é que tem um impacto direto  
133 nos ecossistemas aquáticos, para a irrigação e outros usos que demandem ali  
134 captação de água, e então se faz uma escolha. O uso múltiplo são várias facetas,  
135 e temos que trabalhar isso bem para haver essas dúvidas. Na questão da  
136 irrigação, é fato que em algum momento o setor vai perder, porque o  
137 abastecimento público vira prioridade. E existem áreas de recarga em que está  
138 instalado (o setor de irrigação). Nós temos que começar a pensar que as áreas de  
139 recarga onde algumas atividades agrossilvopastoris estão instaladas causam  
140 impactos. Nós sabemos que dentro dessa discussão existem áreas estratégicas  
141 para abastecimento público. E não só o agronegócio, mas um grande  
142 empreendimento imobiliário pode impactar a água da região metropolitana de Belo  
143 Horizonte. É outro debate. Nós vamos ter que debater isso com seriedade. Boa  
144 parte das experiências que temos acompanhado hoje pelo mundo tem feito uma  
145 opção inteligente de preservar suas áreas de recarga. Como fazer isso e de que  
146 forma criar os mecanismos? Eu concordo que, para as atividades já instaladas,  
147 possamos trabalhar uma transição. E a questão econômica quem tem que pagar é  
148 a sociedade. E por fim quem será restrito e quem definirá a restrição. Esse é um  
149 debate que nós temos que fazer. Nós vamos precisar da ANA, do jurídico do IGAM  
150 e talvez de uma visão de fora para entender até a competência, se é do Conselho  
151 Estadual de Recursos Hídricos ou do Comitê de Bacia.” O conselheiro Gustavo  
152 Tostes Gazzinelli destacou os arts. 3º e 4º da Lei 13.199: “O art. 3º diz que ‘na  
153 execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, serão observados: I - o direito  
154 de acesso de todos aos recursos hídricos, com prioridade para o abastecimento  
155 público e a manutenção dos ecossistemas;’ E o art. 4º: ‘O Estado assegurará, por  
156 intermédio do SEGRH-MG, os recursos financeiros e institucionais necessários ao  
157 atendimento do disposto na Constituição do Estado com relação à política e ao  
158 gerenciamento de recursos hídricos, especialmente para: inciso VII - instituição de  
159 sistema estadual de rios de preservação permanente, com vistas à conservação  
160 dos ecossistemas aquáticos, ao lazer e à recreação das populações;’ Então eu  
161 acho que elementos legais para incluir nessa agenda tanto a questão do  
162 abastecimento público quanto do lazer da população estão muito claros na própria  
163 Lei 13.199, que é a nossa lei estadual maior.” O conselheiro considerou ainda que,  
164 caso a intenção seja a criação de um grupo de trabalho após a realização do  
165 seminário, que seja criado desde já e que o seminário esteja dentro da  
166 programação do GT. Sugeriu ainda: “Eu acho que faltou também um turno para se  
167 discutir a realidade das bacias, e não só do semiárido, mas do São Francisco, do  
168 Doce, das maiores bacias, daquelas que estão mais impactadas. Nós estamos  
169 aqui para apontar caminhos, ações, apresentar diagnósticos, onde é preciso ter  
170 mais restrição de uso. E restrição de uso, principalmente, creio eu, em lugares que

171 não foram impactados ainda ou naqueles em que a situação é tão grave que se  
172 precisa tomar uma medida ou se torna insustentável tanto a parte social quanto a  
173 econômica da bacia. Por fim, eu acho que estamos precisando de mais Ministério  
174 Público e não menos. Mas da forma como está a agenda está parecendo que a  
175 grande abertura do seminário é do Ministério Público, mas na realidade é do IGAM.  
176 O Ministério Público é uma das poucas instituições que defendem que a lei seja  
177 cumprida, ao contrário de várias outras que lutam para que não seja cumprida no  
178 que toca à necessidade de ter limitações em certos lugares.” Luciano José  
179 Alvarenga, do Ministério Público, apresentou sugestões. Quanto ao tópico ‘visão do  
180 Ministério Público’, informou que a intenção é trazer contribuição à discussão  
181 jurídica sobre o tema. Sobre a restrição de uso, pontuou que “esse instituto tem um  
182 fundamento constitucional, que é conceito de espaço territorial especialmente  
183 protegido”. “Ou seja, um espaço delimitado. Nessas áreas tem que haver uma  
184 delimitação e um tipo de regulação. E a restrição, no sentido jurídico, vem para  
185 regular liberdades, tanto a liberdade de quem quer preservar a natureza, mas  
186 também a liberdade de quem usa dos bens ambientais para processos produtivos.  
187 A intenção é trazer segurança jurídica, inclusive para os setores produtivos. A  
188 minha contribuição para que avancemos é que haja, como produto dessa  
189 discussão, uma carta de proposições, com uma síntese do resultado dos  
190 trabalhos.” Joselaine Filgueiras/IGAM sugeriu apresentação do panorama dos  
191 conflitos por água identificados em Minas Gerais, para subsidiar a definição de  
192 áreas de restrição. O conselheiro Deivid Lucas de Oliveira reforçou sua posição de  
193 que deverá ser um seminário de caráter mais técnico e comentou que restrição de  
194 uso e outorga “são assuntos distintos, mas um depende do outro”. “Se tem uma  
195 restrição no plano diretor, não vai ter outorga para os futuros usuários, as outorgas  
196 vão ser indeferidas. A Fiemg tem trabalhando nos últimos anos muito,  
197 principalmente, para regularização das empresas. O nosso papel aqui é contribuir  
198 da melhor forma possível, levar orientação para o empreendedor da indústria e  
199 mineração do que é possível fazer e o que não é possível. Mas nunca acobertar e  
200 colocar de uma forma equivocada de que isso não pode. No caso das PCHs no  
201 Triângulo Mineiro, a nossa opinião é que o uso tem que ser múltiplo.” Por fim, o  
202 conselheiro destacou que não propôs a exclusão do Ministério Público, mas o  
203 ajuste da programação visando apresentação dos aspectos técnicos sobre o tema.  
204 Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “O setor está lutando para continuar tendo  
205 água para todo mundo. A água é fundamental para a agricultura, então nós  
206 queremos é regar de uma forma mais consciente, que não deixe de atender  
207 também a agricultura. Quanto à poluição, não estamos falando que o setor não  
208 atrapalha a qualidade da água, ele tem suas mazelas, mas, em geral, o problema  
209 de qualidade não é do setor rural.” O conselheiro sugeriu ainda uma palestra para  
210 esclarecer o quanto é restritivo o critério Q-7,10 usado em Minas Gerais. “Mostrar a  
211 importância da Q-7,10 para a vazão ecológica dos rios, o que outros Estados não  
212 usam e a ANA também não usa.” Sugeriu também uma discussão de como fazer a  
213 restrição de uso estar vinculada ao programa de pagamento por serviços  
214 ambientais. “Como manter? Não é só restringir. Queremos manter a qualidade da

215 água e o volume da água. Esse é o sonho de todo mundo aqui. E na cidade nós  
216 vamos restringir o uso só onde a qualidade está boa? E onde a qualidade está ruim  
217 não iremos melhorar essa qualidade? O rio das Velhas vai continuar como está,  
218 não se vai restringir jogar esgoto dentro do rio? No Paraopeba, não vamos  
219 restringir? Então vamos começar de onde está pior ou de onde está bom? Vamos  
220 mexer onde está ruim e precisamos melhorar. Então é uma coisa que precisa ser  
221 levantada também, onde é a prioridade. Nós temos que restringir onde está ruim, é  
222 o primeiro passo. E onde está bom nós vamos atuando de uma forma mais técnica,  
223 mais de assistência, de extensão. A minha proposta é colocar alguma coisa nesse  
224 sentido na palestra.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu gostaria de chamar  
225 a atenção da diferenciação de prioridade e restrição. A Lei 13.199 estabelece que  
226 o abastecimento público teria prioridade em relação aos demais usos. Temos que  
227 considerar, na composição dos palestrantes no seminário, alguém que possa  
228 trazer também essa visão. Nós temos uma situação em que tem de haver uma  
229 harmonização na definição dessas áreas com a questão dos planos já existentes e  
230 também em elaboração. Por exemplo, tem o Plano Nacional de Saneamento  
231 Básico, com algumas metas e progressões que se imaginam ser alcançadas, com  
232 universalização de acesso ao abastecimento público, e dentro dessa ótica  
233 precisamos considerar alguém que já tenha condições de trazer essa visão para os  
234 trabalhos.” O conselheiro sugeriu algum palestrante do Departamento de  
235 Engenharia Sanitária da UFMG para trazer subsídios sobre estabelecimento de  
236 critérios e técnicas para se chegar à definição das áreas de restrição. “Em relação  
237 ao setor agrícola não ser responsável pela poluição das águas, nós sabemos que  
238 o maior responsável pela poluição das águas superficiais no Estado, de uma forma  
239 geral, é o lançamento de esgoto sanitário. Nós temos um setor que leva a culpa,  
240 que é o setor de saneamento. Por outro lado, a qualidade melhora não em  
241 decorrência do que cerca aquele curso d’água, que seria uma atividade rural.  
242 Aquilo estaria muito mais associado a uma diluição maior ou a outros aspectos,  
243 porque a atividade rural também permite aporte de nutrientes. Embora a culpa seja  
244 associada aos esgotos, por vezes, processos de eutrofização que têm ocorrido  
245 estão associados a nutrientes, e não tem legitimamente estabelecido que vem de  
246 esgoto sanitário. Tem muito aporte de fósforo, sobretudo, a partir de fertilização na  
247 agricultura. E quanto aos conflitos existentes para o uso da água, muitas vezes,  
248 estão associados ao uso também para agricultura familiar. Então o pessoal da  
249 Comissão Pastoral da Terra também teria condições de aportar informações  
250 relacionadas a isso. E nós gostaríamos de ressaltar que está em fase avançada de  
251 elaboração o Programa Nacional de Saneamento Rural, por um grupo extenso de  
252 especialistas, coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais, que  
253 também poderia ser considerado nesse seminário.” Encaminhamentos finais. O  
254 conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva sugeriu três eixos para o  
255 seminário: 1) Panorama; 2) Conceitos: ecossistemas aquáticos, áreas de recarga,  
256 abastecimento público, lazer e turismo; 3) Discussão jurídica da interpretação da  
257 lei. Propôs ainda que seja avaliado o que será trabalhado como produto do  
258 seminário: uma deliberação ou manual técnico para os Comitês; ou as duas

259 opções. O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli sugeriu dividir o seminário em  
260 três partes: 1) Contextualização: apresentação do do IGAM, conflitos e planos de  
261 bacias ou de algumas bacias selecionadas, destacando áreas importantes para  
262 recarga hídrica, áreas ecossistêmicas prioritárias e outros aspectos que dizem  
263 respeito a potencialidade de restrição de uso nas bacias; semiárido, rios das  
264 Velhas e Doce; 2) Caracterização das áreas: discussão conceitual sobre os  
265 ecossistemas aquáticos, recarga hídrica, abastecimento e lazer com tempo maior  
266 para ecossistemas; 3) Aspectos legal e operacional: incluindo as medidas de  
267 compensação fiscal, financeira, pagamento por serviços ambientais etc. Convidar o  
268 Ministério Público e outro debatedor para apresentar a visão do setor produtivo. O  
269 presidente Flávio Pimenta de Figueiredo fez a seguinte consolidação das  
270 propostas: 1) Contextualização: IGAM, planos de bacias, semiárido, rios das  
271 Velhas e Doce. 2) Conceitos: áreas de recarga hídrica, ecossistemas aquáticos,  
272 abastecimento e lazer ou ecoturismo. 3) Aspectos legal e operacional. Houve  
273 consenso para que a Secretaria Executiva faça a consolidação das sugestões e  
274 envie aos conselheiros, com prazo até a próxima quarta-feira para opinarem. O  
275 conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva sugeriu ainda que na discussão  
276 dos ecossistemas aquáticos sejam considerados as visões do órgão federal, o  
277 panorama de Minas Gerais e o setor externo. Ficou estabelecido por consenso que  
278 a comissão para definir o formato final do seminário terá a participação de Flávio  
279 Pimenta de Figueiredo, Gustavo Bernardino Malacco da Silva, Luciano José  
280 Alvarenga, Robson Rodrigues dos Santos e Paulo Emílio Guimarães Filho. **6)**  
281 **ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **7) ENCERRAMENTO.** Não  
282 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Flávio Pimenta de  
283 Figueiredo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual  
284 foi lavrada esta ata.

---

285  
286 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

287  
288  
289 **Elbert Figueira Araújo Santos**  
290 **Presidente da Câmara Técnica de Planos - CTPlan**